

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 /2011 (CONTINUAÇÃO)
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Emissão de Títulos

	31.12.2012	31.12.2011
Realizável a longo prazo		
Recursos de Letras Imobiliárias	166.306	-
Total realizável a longo prazo	166.306	-
Total	166.306	-

As captações efetuadas mediante a emissão de títulos de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.836 de 25.02.2010 – Bacen são as seguintes:

Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Quantidade	Total
BANRISUL	LF-POS-CDICE	19/11/2014	105,0000	1.008.197,45	5,000	5.041
CEF	LF-POS-CDICE	05/12/2014	106,0000	502.401,985	80,0000	40.192
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14/11/2014	107,0000	504.469,075	240,000	121.073
Total	-	-	-	-	325,000	166.306

12. Outras Obrigações

	31.12.2012	31.12.2011
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	940	1.579
Sociais e estatutárias	10.934	127
Fiscais e previdenciárias (a)	18.444	11.739
Negociação e intermediação de valores	7.542	6.893
Cheque Administrativo	1.233	580
Contrato de Assunção de Obrigações	6.306	7.820
Obrigações para Contribuições ao SFH	9	11
Obrigações por Convênios	5.026	10.261
Obrigações por Prestação de Serviços	9.297	11.195
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	36.278	35.415
Credores Diversos – País	5.556	2.006
Passivo Contingente – Trabalhista (c)	4.069	2.361
Passivo Contingente – Cíveis (c)	9.953	9.681
Passivo Contingente –Tributárias (c)	-	2.610
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação (c)	893	1.030
Total do circulante	116.480	103.308
Realizável a longo prazo		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	24.152	23.325
Total realizável a longo prazo	24.152	23.325
Total	140.632	126.633

a. Fiscais e Previdenciárias

A variação do saldo da conta representa um volume menor de utilização, em 2012, de crédito tributário advindo de base fiscal negativa, comparativamente, a 2011.

b. Provisão para Pagamentos a Efetuar

As principais provisões constituídas no exercício que compõem o saldo da rubrica Provisões para Pagamentos a

Efetuar, são:

	31.12.2012	31.12.2011
Circulante		
Provisão com Pessoal	15.102	14.764
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	5.348	6.806
Obrigação Atuarial	6.166	5.454
Provisão para Outras Despesas Administrativas	6.979	8.117
Outros	2.684	274
Realizável a longo prazo		
Obriga�o Atuarial	24.152	23.325
Total	60.430	58.740
Circulante	36.278	35.415
Realizável a longo prazo	24.152	23.325

c. Passivos Contingentes

O BANPARÁ   parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

Probabilidade de Perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	31.12.2012	31.12.2011
Provável	4.069	9.953	2.911	16.933	14.652
Total	4.069	9.953	2.911	16.933	14.652

A administração do BANPARÁ entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O BANPARÁ ainda   parte em processos judiciais de natureza possível, conforme a avaliação de seus assessores jurídicos, no montante de R\$ 6.275 em 2012 (R\$ 8.616 em 2011), divididos conforme segue:

Probabilidade de Perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	31.12.2012	31.12.2011
Possível	386	5.889	-	6.275	8.616
Total	386	5.889	-	6.275	8.616

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, re-presentado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	Quantidade de ações	Depósitos Judiciais (R\$)
Cíveis	923	11.761
Trabalhistas	170	2.986
Tributárias	26	16.176
Total	1.119	30.923

i) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas   constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

ii) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econ micos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, consi-derando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos an-teriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Fi-nanceiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado fi-nanceiro.

iii) Cessão de Crédito Rural com Coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para fazer face a possíveis perdas nas operações de Credito Rural Secu-ritizados (cedidas) pelo Banco   Secretaria do Tesouro Nacional - STN, objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de d vidas originárias do Credito Rural.

iv) Obrigações legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contri-bui  es, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de de-zembro de 2012, são:

- CPMF - R\$ 2.430 Mil Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- ITR - R\$ 53 Mil Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O BANPARÁ impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os acer-tamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da CDA (Certidão de D vida Ativa). A tese tem res-paldo doutrinário e jurisprudencial.

- IPTU - R\$ 428 Mil Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Be-l m - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do pa-trim nio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito adminis-trativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

a. Moviment  o das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Exercício	2.361	9.681	2.610
Atualização monetária	1.289	1.231	-
Constituições/(reversões)	1.050	340	428
Reversões	(184)	(829)	(127)
Pagamentos	(447)	(470)	-
No final do Exercício	4.069	9.953	2.911